



PROJETO DE LEI Nº. 042 /2025

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBERIBE

APROVADO EM 04/12/2025

PRESIDENTE

**AUTORIZA O EXECUTIVO A REPASSAR, NA FORMA DE ABONO PECUNIÁRIO, O INCENTIVO FINANCEIRO FEDERAL DESTINADO AO FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS AFETAS À ATUAÇÃO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A EXMA. SRA. PREFEITA MUNICIPAL DE BEBERIBE, DO ESTADO DO CEARÁ, LEVA À APRECIÇÃO DO LEGISLATIVO A MATÉRIA CONSTANTE DO VERTENTE PROJETO DE LEI.**

**Art. 1º** Fica o Executivo autorizado a repassar, na forma de abono pecuniário, o incentivo financeiro federal destinado ao fortalecimento de políticas afetas à atuação dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), transferido pela União ao Fundo Municipal de Saúde, nos termos dos arts. 9º-D e 9º-E da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, e dos arts. 6º a 8º do Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015.

§1º O abono previsto no *caput* tem natureza indenizatória, eventual e não permanente, não se incorporando à remuneração, nem servindo de base de cálculo para quaisquer vantagens, adicionais, gratificações, contribuições previdenciárias, férias, décimo terceiro salário, aposentadorias ou pensões, e não gera direito adquirido à sua continuidade.

§2º O repasse de que trata esta Lei fica limitado ao montante efetivamente creditado pela União ao Fundo Municipal de Saúde, a esse título, vedada a obrigatoriedade de complementação com recursos próprios.

**Art. 2º** São destinatários do abono os ACEs com vínculo formal com o Município de Beberibe, lotados na vigilância em saúde, que, na competência de referência:

I - estejam cadastrados e ativos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) sob o Município;

II - cumpram jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

III - encontrem-se em efetivo desempenho de suas atribuições.

§ 1º A elegibilidade será verificada mensalmente, conforme a situação funcional e cadastral do servidor na competência.

§2º O atendimento dos requisitos deste artigo é condição para percepção do abono exclusivamente na competência correspondente.

**Art. 3º** O valor global a ser repassado em cada competência corresponderá ao total de recursos recebidos pelo Município, naquela competência, a título de incentivo de fortalecimento relativo aos ACE, calculado pelo Ministério da Saúde nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo Único** - Enquanto vigentes os parâmetros definidos no art. 7º do Decreto nº 8.474/2015 e em atos do Ministério da Saúde, observar-se-ão tais critérios, vedada a fixação, nesta Lei, de valor nominal diverso.

**Art. 4º** O repasse será efetuado mensalmente, preferencialmente na folha de pagamento do mês subsequente ao crédito federal, mediante rateio igualitário entre os ACE elegíveis na competência.



§ 1º Na hipótese de ingresso parcial de recursos ou de glosa federal, o valor a repassar será rateado até o limite do montante efetivamente recebido.

§ 2º Na ausência de crédito federal na competência, não haverá pagamento do abono.

§ 3º Eventuais saldos, diferenças ou créditos complementares serão compensados no repasse da competência imediatamente subsequente.

**Art. 5º** Não fará jus ao abono, na competência, o ACE que não esteja em efetivo exercício, inclusive nos casos de afastamento sem remuneração, faltas injustificadas ou penalidade disciplinar que implique suspensão do serviço.

§ 1º Não se caracteriza ausência de efetivo exercício, para fins deste artigo, o afastamento por licença-maternidade, licença-paternidade, acidente de trabalho/doença ocupacional, serviço militar obrigatório e demais hipóteses legalmente protegidas, cuja operacionalização poderá ser definida em regulamento.

§ 2º Havendo substituição formal na equipe, o pagamento observará a elegibilidade e o cadastro do profissional que efetivamente desempenhou as atribuições na competência.

**Art. 6º** Compete à Secretaria Municipal de Saúde manter atualizados os cadastros no SCNES, aferir a elegibilidade mensal, instruir a folha específica do abono e publicar, até o décimo dia útil do mês subsequente, a lista dos beneficiários da competência e o valor unitário do rateio, resguardados dados pessoais sensíveis.


**Art. 7º** O abono previsto nesta Lei não se confunde com gratificações, prêmios de desempenho ou outras parcelas remuneratórias eventualmente existentes, nem com a assistência financeira complementar do piso nacional dos ACE, de que trata o art. 9º-C da Lei nº 11.350/2006.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Saúde poderá editar atos complementares necessários à operacionalização do disposto nesta Lei, sem prejuízo de sua imediata aplicação.

**Art. 9º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observado o ingresso dos recursos federais correspondentes.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir do primeiro crédito federal subsequente ao de sua vigência.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBERIBE/CE, em 24 de novembro de 2025.**



**MICHELE CARIELLO DE SÁ QUEIROZ ROCHA**  
**PREFEITA MUNICIPAL**



**MENSAGEM Nº. 47/2025**

**ORDEM DE PROTOCOLO**

**BEBERIBE/CE, 24 DE NOVEMBRO DE 2025**

Funcionário: Rebeca Karla - repass

Exmo. Sr. Presidente,

Data: 27 / 11 / 2025

Exmos. Senhores Vereadores,

Ao cumprimentá-los, cordialmente, comparecemos à presença de Vossa Excelência com o fito de encaminhar a essa Augusta Casa Legislativa o vertente Projeto de Lei, em anexo, que "Autoriza o Executivo a repassar, na forma de abono pecuniário, o incentivo financeiro federal destinado ao fortalecimento de políticas afetas à atuação dos Agentes de Combate às Endemias, e dá outras providências".

A presente iniciativa observa a Lei nº 11.350/2006 e o Decreto nº 8.474/2015, que preveem incentivo mensal calculado pelo Ministério da Saúde com base no quantitativo de agentes em efetivo desempenho, cadastrado no SCNES. A proposta municipal adota a mesma lógica: repasse mensal, por rateio igualitário entre os ACE elegíveis na competência, condicionado ao ingresso do recurso federal e limitado ao montante efetivamente creditado ao Fundo Municipal de Saúde.


A parcela tem natureza indenizatória e não se incorpora à remuneração, preservando a responsabilidade fiscal do Município.

A medida valoriza os profissionais que atuam diretamente no enfrentamento das endemias e na vigilância em saúde, sem criar despesa obrigatória de caráter continuado além do crédito federal, já que o pagamento fica condicionado ao respectivo repasse do Ministério da Saúde. O texto também cuida da segurança jurídica ao diferenciar o incentivo de fortalecimento da assistência financeira complementar do piso nacional, evitando interpretações equivocadas sobre periodicidade e base de cálculo.

Face ao exposto e considerando a sensibilidade e o comprometimento demonstrado por este Legislativo, é que propomos o presente Projeto de Lei.

**Convictos da atenção que essa Casa dispensará ao presente pleito, valemo-nos do singular ensejo para renovar ao Excelentíssimo Senhor Presidente e aos Ilustres Vereadores, nossos votos de elevada estima e distinta consideração.**

Cordialmente,

  
**MICHELE CARIELLO DE SÁ QUEIROZ ROCHA**  
PREFEITA MUNICIPAL

A Sua Excelência  
**Francisco Rebouças Lima**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Beberibe  
Rua Antônio Mário Ribeiro, s/nº  
Loteamento Planalto Beberibe, CEP: 62.840-000

**CÂMARA MUNICIPAL DE BEBERIBE**  
RECEBI EM 27 11 2025 H12:30  
Rebeca Karla - repass  
SERVIDOR